

**Título do artigo:**

Evolução das ocupações e comparação das rendas das famílias rurais no Estado do Rio Grande do Sul: 2001-2004

**Autores:**

**Marcelino de Souza**

Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

**Carlos Alves do Nascimento**

Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).  
E-mail: can@ie.ufu.br

**Área Temática:** Emprego e mercado de trabalho, demografia econômica

## **EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES E COMPARAÇÃO DAS RENDAS DAS FAMÍLIAS RURAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: 2001-2004**

### **Resumo**

Este trabalho analisa o comportamento das ocupações e das fontes de rendas das famílias rurais gaúchas utilizando-se como base as tabulações especiais dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) dos anos de 2001 e 2004. As estimativas mostraram que: na região rural como um todo o número de famílias rurais permaneceu estagnada, porém houve um aumento significativo do número de famílias pluriativas pertencentes ao universo da agricultura familiar e uma redução confiável das famílias de não-ocupados; verificou-se um aumento da participação das rendas agrícolas entre as famílias pluriativas da agricultura familiar e finalmente, as rendas de aposentadorias/pensões continuam a representar maior significado nas famílias de conta-própria agrícolas, especialmente entre os agricultores de menores estratos de área física, mas agora também nos grupos de famílias de empregados não-agrícolas. Infere-se que, provavelmente o programa de crédito para a agricultura familiar pode estar estimulando a pluriatividade entre estas famílias e promovendo um novo dinamismo econômico aos municípios rurais gaúchos. Os resultados apontam para a necessidade de continuar as pesquisas tendo em vista a confirmação ou não da tendência apontada.

**Palavras-chaves:** Diversificação econômica; ocupações e rendas familiares; agricultura familiar.

### **Introdução**

A questão da ocupação e conseqüentemente da renda das famílias rurais revela-se importante pelo menos por três razões que se inter-relacionam: a primeira diz respeito à sua insuficiência (rendas baixas), conduzindo a uma situação de pobreza; a segunda refere-se à equiparação das rendas das famílias que se ocupam em atividades similares, mas com domicílios distintos (rural e urbano), ou seja, a comparabilidade; e a terceira razão, mas não menos importante, é aquela que diz respeito à sua instabilidade - aspecto intrínseco às rendas advindas da produção agrícola - ou seja, as alterações que ocorrem de ano para ano (Hill, 1999:345).

Paradoxalmente, as pesquisas sobre as ocupações e rendas familiares ainda são caras e difíceis de serem realizadas implicando na quase ausência de bases de dados confiáveis e disponíveis. Os levantamentos são difíceis de serem realizados e os custos dos mesmos são elevados.

As dificuldades das pesquisas são decorrentes do fato de que as ocupações e especialmente as rendas das famílias rurais englobam muitos fatores, freqüentemente independentes, os quais complicam a análise dos problemas relativos à mesma. A título de exemplo, citamos um deles: as flutuações das rendas agrícolas podem ser muito grandes de ano para ano, variam entre regiões, tipos de produção, tamanho das explorações, etc.

Em acréscimo, nos dias atuais os agricultores se enfrentam com rendas líquidas agrícolas em declínio ou estagnadas e estão gradativamente se dirigindo a suplementá-las com outras fontes (especialmente as rendas de aposentadorias/pensões e rendas não-agrícolas). Essas rendas estão se tornando, cada vez mais, a maior fonte para um grande número de famílias rurais e seu impacto deve ser levado em conta. Esses aspectos dificultam uma abordagem uniforme da questão da renda, mas indicam a necessidade de sua apropriada compreensão. Ademais, o conhecimento do comportamento das ocupações e rendas das famílias rurais constitui-se em instrumento indispensável para a adequada formulação de políticas públicas.

Apesar das limitações na utilização dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios - PNADs do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontados por Graziano da Silva & Del Grossi (2001), elas representam ainda a mais atualizada e abrangente base de dados do país para a análise destas duas importantes variáveis: ocupação e rendimento das pessoas e famílias.

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar as informações referentes à evolução das ocupações, bem como comparar a composição das rendas (as rendas agrícolas, as rendas não-agrícolas, as rendas de aposentadorias e/ou pensões e as “outras rendas”) obtidas pelas famílias rurais nos anos de 2001 e 2004, em especial daquelas pertencentes ao universo da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

## **2. Procedimentos Metodológicos**

As informações foram obtidas através de tabulações especiais realizadas a partir das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) dos anos de 1995 e 2001 realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Utilizamos os dados das PNADs porque eles têm um caráter demográfico e não se restringem às informações das atividades de produção agropecuária das áreas rurais. Todos os dados obtidos referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última semana do mês de setembro.

### **2.1 O trabalho das pessoas**

A coleta de informações nas pesquisas das PNADs leva em conta todos os residentes do domicílio e são feitas indagações sobre as seguintes variáveis, entre outras: idade, local de

nascimento, escolaridade, número de filhos, etc. Mas, também pergunta acerca do trabalho das pessoas residentes. Antes de preencher o questionário da pesquisa o entrevistador explica ao entrevistado que o mês de referência da mesma é o de setembro, ou seja, todas as perguntas serão referenciadas aos acontecimentos deste último mês. As perguntas também são dirigidas em relação à última semana deste mês, e ainda se possível, ao dia 30 de setembro. Estes são os vários períodos de referência adotados nesta pesquisa.

Para as questões de trabalho, o entrevistador indaga sobre todas as pessoas que exerceram alguma atividade de pelo menos uma hora na semana, quer seja em negócio próprio ou de empregador, quer seja na construção ou na produção de artigos de uso ou de consumo familiar. Antes de 1992 a PNAD não considerava como ocupadas as pessoas que trabalhavam menos de 15 horas na semana de referência na produção para o autoconsumo ou na construção para uso da família, nem os trabalhadores não-remunerados.

Infelizmente essas mudanças no conceito de trabalho impossibilitavam a comparação direta dos dados publicados das PNADs com as anteriores<sup>1</sup>. Mas, a partir dos microdados foi possível reconstruir a série utilizando-se os mesmos critérios dos anos 80, excluindo-se aquelas pessoas que eram consideradas como ocupadas<sup>2</sup>, que denominaremos doravante de “População Economicamente Ativa (PEA) usual ou restrita” para distinguir dos dados publicados de 1992 em diante, aos quais designamos de “PEA ampliada”. A utilização desse conceito se deve a opção pela análise do trabalho que gera valor de troca na economia familiar. Já está comprovado que o conceito de trabalho “ampliado” considerou principalmente os trabalhos referentes a cuidados na horta e de pequenos animais, com apenas valor de uso para o consumo familiar (Del Grossi, 1999).

## 2.2 A unidade de análise

No que diz respeito à unidade de análise utilizada esta é a chamada *família extensa* que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Desta

---

<sup>1</sup> Por exemplo, na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que passou a ser adotada definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), e isolou-se uma categoria específica que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos, “para abarcar todas as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado”. Além da inclusão das novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não-remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência (ou seja, 8 minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas (Del Grossi & Graziano da Silva, 2000).

<sup>2</sup> Cf. Graziano da Silva, J. & Del Grossi, M. E. (2001).

forma, procurou-se construir, uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

Foram deixados de lado, na análise, os pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio os empregados domésticos e seus parentes. A composição da família extensa se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”. Utilizou-se a tipologia do projeto RURBANO<sup>3</sup> de famílias que as classifica por local de domicílio (urbano e rural) e posição na ocupação (empregadores, conta-própria e assalariados). Essa opção metodológica se deve a duas razões: Primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos seus membros, o que leva a que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada mesmo naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território.<sup>4</sup>

A classificação das famílias de acordo com a posição na ocupação permitiu agrupá-las em cinco tipos, a saber: famílias de **empregadoras com três ou mais empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando três ou mais assalariados permanentes em seu negócio; famílias de **empregadoras com até 2 empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando até 2 assalariados permanentes em seu negócio<sup>5</sup>; famílias de **conta-própria**: família sem nenhum empregador, mas com um membro com negócio próprio, contando com a ajuda não-remunerada dos membros da família; famílias de **assalariados**: famílias sem nenhum empregador ou conta-própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado; e as famílias **não-ocupadas**: famílias sem empregador, conta-própria ou

---

<sup>3</sup> O projeto é uma pesquisa mais ampla coordenado pelo Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP envolvendo várias instituições de pesquisas. Para maiores informações, consultar <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

<sup>4</sup> A esse respeito ver o trabalho de Brun (1989).

<sup>5</sup> O corte das famílias empregadoras que vamos utilizar está baseado na classificação para efeitos de enquadramento no programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) que separa os empregadores com 3 ou mais empregados e os com até dois empregados permanente. Consideramos como representantes legítimos da agricultura familiar as famílias de conta-própria, as quais por definição não contratam empregados permanentes mas podem empregar trabalhadores temporários sempre que necessário. E os empregadores com até dois empregados permanentes, sem também nenhuma restrição ao uso de trabalhadores temporários, trataremos como empresas familiares ou “farmers caboclos”, por representar uma categoria híbrida, como a própria denominação revela, onde não se separou ainda completamente a gestão do responsável pelo empreendimento do trabalho direto dos seus familiares e empregados (Sobre a categoria “farmers caboclos” ver Graziano da Silva, 1999).

assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência da pesquisa. Agrupamos também as famílias do que vem se denominando de “agricultura familiar”. Neste sentido, denominamos de **agricultura familiar (total)** à somatória do número de famílias de conta-própria com as famílias empregadoras com até dois empregados. A agricultura familiar propriamente dita constitui-se no total das famílias conta-própria.

Além disso, as famílias com pelo menos um de seus membros ocupados foram classificadas de acordo com a atividade exercida pelos seus membros na semana de referência em **agrícolas**: quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal; **não-agrícolas**: famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária; e **pluriativas**: famílias nas quais pelo menos um dos membros exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

No caso das famílias pluriativas que compõem o universo da agricultura familiar, estas também foram divididas em dois grupos: as com **pluriatividade tradicional**, cujos membros combinavam atividade agrícola com outro tipo de atividade agrícola, e a famílias com pluriatividade intersetorial, ou seja, as famílias cujos membros combinavam atividade agrícola com algum tipo de atividade não-agrícola.

### 2.3 A noção de rural e urbano

Quanto à definição das áreas rurais estas constituem, segundo o IBGE, as áreas restantes quando se retiram as áreas consideradas urbanas. Por questões metodológicas da amostragem, o IBGE mantém fixa a área urbana e rural de um município ao longo da década, mesmo que o município venha alterar o perímetro urbano.

Para contornar a questão da delimitação e atualização do perímetro urbano, o IBGE apresenta mais detalhes sobre esta situação de domicílio de forma a captar, com mais detalhes, as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) **áreas urbanas**: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; 2) **áreas urbanas não-urbanizadas**: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; 3) **áreas urbanas isoladas**: englobam as áreas urbanas isoladas,

consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município; 4) **áreas rurais - extensão urbana**: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) **áreas rurais – povoados**: aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída; 6) **áreas rurais - núcleo**: aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados; 7) **áreas rurais – outros**: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) **áreas rurais – exclusive**: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente dita. A partir dessas novas aberturas, o Projeto RURBANO agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios: **urbano** engloba a situação 1; **periferia** engloba as situações 2 e 4; **distritos e povoados** englobam as situações 3, 5 e 7; e **rural agropecuário** englobam as situações 6 e 8.

Também, para aprimorar a descrição dos resultados, além da situação do domicílio, a PNAD permite detalhar o tipo de município onde foi realizada a amostra. Assim, é possível identificar as regiões metropolitanas, grandes e pequenos municípios. Dessa forma, o Projeto RURBANO também agrupou essa abertura em: a) **METROPOLITANO**: representado pelo conjunto de municípios que compõem uma região metropolitana legalmente constituída; b) **NÃO-METROPOLITANO**: representado pelo conjunto de municípios grandes e pequenos no interior dos estados, e que não constituem regiões metropolitanas.

Desta forma, considerou-se como integrantes da PEA rural somente as pessoas residentes nas áreas não-metropolitanas dos domicílios localizados no **rural agropecuário** pelo fato de que esta situação tem sua economia basicamente dependente da agricultura e de características mais próximas de áreas rurais.

#### 2.4 As rendas das famílias nas PNADs

As rendas declaradas nas PNADs podem apresentar uma certa distorção que se refere a todas as declarações de rendas que não possuem a característica de serem mensais e fixas. Isso porque as PNADs pedem que as pessoas informem o rendimento do último mês, no caso deles

serem fixos (como os assalariados); e uma estimativa da média mensal no último ano para os rendimentos variáveis. No caso específico das rendas agrícolas, cujos preços e custos dos produtos variam sazonalmente, para se obter uma estimativa mensal fidedigna seriam necessários vários cálculos mesmo para aqueles produtores que tenham uma contabilidade atualizada, os quais correspondem ainda a uma pequena partes no país.

Del Grossi (1999:110) observa ainda que “na produção familiar, há uma parcela dos produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente a renda dos conta-própria esteja subdeclarada”.

Infelizmente não foi possível corrigir a subestimação das rendas variáveis das PNADs especialmente aquelas de origem agrícola. A opinião de especialistas, todavia, indica que a subestimação maior não tem origem nas rendas agrícolas, mas na subdeclaração das rendas mais altas em geral. Esta se constitui em uma das questões mais importantes em relação à análise das rendas: a subestimação de valores, mais precisamente das rendas maiores, conforme Hoffmann (1988). Assim, se a renda das famílias de conta-própria está subdeclarada, a renda das famílias de empregadores está mais subestimada ainda, e não por falta do instrumento de coleta, mas pela subdeclaração das pessoas mais ricas.

### **3. Resultados e Discussão**

#### **3.1 A evolução das ocupações das famílias rurais e agrícolas: 2001-2004**

A Tabela 1 apresenta as informações acerca da evolução do número de famílias, segundo a tipologia proposta, para os anos de 2001 e 2004. No Estado do Rio Grande do Sul, em 2004, existiam aproximadamente 545 mil famílias residentes nas áreas rurais. Cabe mencionar que o número de famílias rurais mostrou-se estagnado no período analisado (2001-2004).

Na Tabela 1 pode-se observar também que as famílias de conta-própria são as de maior representatividade nas áreas rurais gaúchas. Em 2004 estas famílias alcançavam aproximadamente cerca de 64% em relação ao total de famílias rurais, mas sem apresentar tendência de crescimento ou decréscimo no período considerado. As famílias de conta-própria agrícola - o grupo que pode vem sendo denominado de agricultura familiar - era o tipo majoritário representando aproximadamente 69% em relação ao total de famílias deste grupo, porém sem apresentar tendência significativa de aumento ou decréscimo no período 2001-2004. Observando os demais



tipos de famílias conta-própria, em especial as famílias pluriativas vale destacar a tendência de crescimento significativa deste tipo de família. As famílias conta-própria cujos membros estavam envolvidos em atividades exclusivamente não-agrícolas mostraram-se estagnadas.

**TABELA 1**

Evolução dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio: Rio Grande do Sul, 2001-2004.  
(1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	Taxa de crescimento (% a. a.)	
					2001/2004 <sup>a</sup>	
<b>Empreg. com mais de 2 empreg.</b>	8	10	5	4	-24,5	*
Agrícola	3	3	0	1	-	-
Pluriativo	2	2	1	1	-	-
Não-agrícola	3	5	3	2	-	-
<b>Empregadora com até 2 empreg.</b>	18	10	14	22	10,9	
Agrícola	7	4	8	12	26,8	
Pluriativo	9	5	5	8	-0,1	
Não-agrícola	2	1	1	2	-	-
<b>Conta-Própria</b>	320	342	357	347	2,9	
Agrícola	235	240	248	238	0,7	
Pluriativo	63	78	75	86	9,2	*
Não-agrícola	22	24	34	23	5,7	
<b>Empregados</b>	115	128	123	123	1,6	
Agrícola	56	63	58	60	1,4	
Pluriativo	18	17	18	15	-5,0	
Não-agrícola	41	48	47	48	4,5	*
<b>Não-ocupado na semana</b>	57	54	54	49	-4,4	**
<b>TOTAL</b>	518	544	553	545	1,7	

**NOTA:** exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste *t* indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

**FONTE:** PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro/2006.

O segundo grupo de família mais importante nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul é o de empregados. No ano de 2004 elas representavam cerca de 22,6% em relação ao total de famílias sem apresentar crescimento significativo no período considerado. Desse total, a maior parte das famílias de empregados trabalhava exclusivamente em atividades agrícolas, ou seja, aproximadamente 49% delas. As famílias de empregados pluriativas representavam apenas 12% das famílias de empregados no ano de 2004. Em relação às famílias de empregados não-agrícolas

pode-se observar que no ano de 2004 elas representavam cerca de 39% em relação ao total de famílias deste grupo e se mostravam com uma tendência significativa de crescimento<sup>6</sup>.

As famílias empregadoras com até dois empregados representavam apenas 4% em relação ao total de famílias rurais em 2004, sendo que a maior parte delas (54,5%) era de famílias exclusivamente agrícolas. Enquanto isso, as famílias empregadoras com mais de 2 empregados constituíam o grupo minoritário com menos de 1% em relação ao total de famílias no ano de 2004, apresentando tendência significativa de redução.

Finalmente, as famílias de não-ocupados constituíam, no ano de 2004, aproximadamente 9% do total de famílias, com tendência significativa de diminuição. Este é um aspecto importante, já que constitui-se também numa reversão, ainda que temporária, de uma tendência que vinha ocorrendo durante toda a década de 90.

A somatória do número de famílias não-agrícolas com as de não-ocupadas resulta em cerca de 124 mil famílias, ou cerca de 23% em relação ao total no ano de 2004, famílias estas que utilizam as áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul apenas como local de moradia.

Para uma melhor averiguação das transformações que estão ocorrendo no universo da agricultura familiar apresentamos os dados da Tabela 2. Chama-se atenção novamente, para o fato de que na categoria denominada da “agricultura familiar” estão contabilizadas somente as famílias de conta-própria.

Inicialmente observa-se um aumento confiável do número total destas famílias na análise do período considerado da ordem de 2,6% ao ano. Nesta tabela também pode-se verificar que, sobretudo no menor estrato (menos de 20 hectares) existe um aumento importante e significativo do número de famílias da agricultura familiar (total), mas também da agricultura familiar (exclusivamente famílias conta-própria) e que este crescimento não se origina do crescimento do número de famílias cujos membros estão envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas, mas das famílias pluriativas, cujos membros combinam atividade agrícola com atividade não-agrícola, ou seja a pluriatividade intersetorial. Vale destacar que o crescimento confiável do número de

---

<sup>6</sup> Dados não apresentados neste artigo permitem comprovar que essa tendência origina-se da significativa tendência de crescimento do número de famílias não-agrícolas que combina atividade não-agrícola com trabalho doméstico, conforme a tipologia utilizada por Nascimento (2002). Este crescimento pode ser explicado por duas décadas de estagnação da economia brasileira, visto que a geração de ocupações neste setor não necessita de investimento de capital, ocorrendo apenas uma redistribuição de rendas pessoais sem, contudo, proporcionar uma geração de outros empregos produtivos. Ressalta-se ainda o fato destas formas de ocupação “constituírem um bolsão de ocupações para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o lugar da mulher e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação” (Mello, 1998:120). Em síntese, a dinâmica que gera o emprego doméstico é o resultado das rendas derivadas de um padrão muito concentrado existente no país e que, de certa maneira, predomina em outros estados como o Rio Grande do Sul e continua em crescimento como acentuou Soares (2005).

famílias cujos membros combinam atividade agrícola com outra atividade agrícola (pluriatividade tradicional) ocorre somente no estrato de 20 a menos de 100 hectares, apesar do seu reduzido número no conjunto deste grupo de famílias.

**TABELA 2**  
Evolução da agricultura familiar, segundo local de domicílio e estratos de área no Estado do Rio Grande do Sul, 2001/2004. (1.000 famílias).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	Taxa de crescim. (% ao ano)
					2001/2004 <sup>a</sup>
<b>NÃO METRO RURAL AGROP.</b>					
<b>Menos de 20 ha</b>					
<b>Ag Fam (cta-pp e empregador até 2 emp.)</b>	184	187	187	204	3,2*
Agricultura familiar	176	184	181	196	3,1*
Agrícola	144	143	142	146	-
Pluriativo	32	41	40	49	13,7**
Tradicional	2	9	6	6	42,0
Intersetorial	30	32	34	43	12,0**
<b>De 20 a menos de 100 ha</b>					
<b>Ag Fam (cta-pp e empregador até 2 emp.)</b>	95	108	115	98	1,6
Agricultura familiar	92	105	111	93	0,7
Agrícola	76	80	89	70	-
Pluriativo	16	25	22	22	8,0
Tradicional	2	3	5	5	41,8**
Intersetorial	15	22	17	17	-
<b>100ha e mais</b>					
<b>Ag Fam (cta-pp e empregador até 2 emp.)</b>	15	16	16	21	9,5*
Agricultura familiar	13	14	13	17	-
Agrícola	11	11	8	15	-
Pluriativo	2	3	5	2	-
Tradicional	1	1	1	0	-
Intersetorial	1	2	3	2	-
<b>TOTAL</b>	281	303	305	305	2,6*

**NOTA:** exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

**FONTE:** PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO - IE/UFU, Fev. 2006.

Através destas informações é possível afirmar que a pluriatividade intersetorial é um fenômeno que se expressa principalmente entre os agricultores familiares de menor estrato de área física, e este tipo de pluriatividade é, no período considerado, a mais importante numericamente. Em síntese, a análise dos dados relativos à evolução das formas de ocupações das famílias rurais e

agrícolas do período 2001 a 2004 no Estado do Rio Grande do Sul mostrou duas tendências importantes: a primeira se refere ao crescimento significativo do número de famílias de conta-própria pluriativas pertencentes ao universo da “agricultura familiar”; a segunda tendência é o decréscimo significativo do número de famílias “não-ocupadas”.

Para tentar explicar ambas as tendências aventa-se a hipótese que o crescimento da pluriatividade desejada no caso da agricultura familiar pode ser oriundo do fomento às atividades agrícolas através de mecanismos de crédito rural<sup>7</sup>. Na Tabela 3 observa-se um crescente aumento no número de contratos e no montante de crédito rural do PRONAF no período 2001-2004, fato este que conduziria a uma espécie de reversão da tendência de crescimento entre as famílias de não-ocupados durante a década de 90.

**TABELA 3**  
Crédito Rural do PRONAF por ano fiscal no Estado do Rio Grande do Sul

<b>ANO</b>	<b>Nº DE CONTRATOS</b>	<b>MONTANTE (R\$ 1.00)</b>
2001	285.695	589.015.249,02
2002	277.500	732.028.459,49
2003	265.437	860.906.863,36
2004	323.422	1.254.680.870,71

**FONTE:** BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Informações disponíveis em: [www.smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/rel\\_anofiscaluf.asp?cboAnoInicio=2001&cbo...](http://www.smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/rel_anofiscaluf.asp?cboAnoInicio=2001&cbo...)  
Acesso em: 16/03/2006.

Para Alves *et alli* (1999), o desenvolvimento urbano e a tecnologia em alguns países têm colocado a agricultura na condição de um pequeno empregador, e também está dispensando a mão-de-obra familiar para o emprego urbano, e inclusive em tempo parcial.

Apesar destas explicações, não podemos ignorar as aspirações de consumo da população rural e as dificuldades financeiras que derivam da deficiência de estrutura produtiva, que muitas vezes induzem ao subemprego da força-de-trabalho disponível (Cavaco, 1981). Ainda, segundo a autora, as aspirações destas famílias acentuaram-se devido à difusão de padrões de consumo e bem-estar urbano. Isto motiva a busca de atividades extra-agrícolas, principalmente por famílias com pouca superfície útil de exploração e com receitas pequenas. Então, o meio mais fácil de

<sup>7</sup> Em trabalho recente de Delgado (2004) apontou para a existência, em especial, para a Região Sul e principalmente para o Nordeste do Brasil de um “setor de subsistência” de grandes dimensões, o qual poderia estar saindo da condição de sub-ocupação ou de não-ocupação na agricultura para se transformarem em agricultores pluriativos.

satisfazer esses desejos é através da inclusão de uma nova atividade marginal à agricultura. Deste modo, pode-se melhorar o rendimento familiar.

Não podemos deixar de reconhecer que o meio rural gaúcho também se apresenta com as características desta nova realidade. É claro que com uma série temporal contando com apenas quatro anos esta hipótese mereceria ser continuamente avaliada a luz dos dados de toda a década a fim de verificar a sua confirmação ou eventualmente a sua refutação.

### 3.2 A composição das rendas das famílias rurais: 2001 e 2004

A Tabela 4 mostra as informações relativas à composição das rendas médias, segundo os tipos de famílias, nas áreas rurais não-metropolitanas no Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2001 e 2004.

**TABELA 4**

Composição das rendas médias das famílias extensas no Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2001 e 2004. (R\$ Setembro de 2004).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Agrícola (%)		Não- agrícola (%)		Apos./ pensões (%)		Outras (%)	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
<b>NÃO METRO RURAL AGROPEC.</b>	49,9	53,1	24,3	20,6	21,7	20,0	4,1	6,2
<b>Empregadora com + de 2 empregados</b>	20,2	55,7	65,6	42,0	3,2	1,1	11,0	1,2
Agrícola	48,5	97,7	0,0	0,0	10,3	2,3	41,3	0,0
Pluriativo	17,1	68,3	80,2	31,7	1,3	0,0	1,3	0,0
Não-agrícola	0,0	0,0	99,7	96,8	0,0	0,0	0,3	3,2
<b>Empregadora com até 2 empregados</b>	48,3	56,0	35,3	18,5	12,8	9,8	3,6	15,7
Agrícola	65,2	60,3	0,0	0,0	25,0	14,3	9,7	25,4
Pluriativo	48,3	58,1	41,4	35,5	8,5	4,7	1,9	1,7
Não-Agrícola	0,0	0,0	88,1	84,6	11,9	0,0	0,0	15,4
<b>Conta-Própria</b>	60,2	60,6	16,0	14,7	20,4	19,6	3,3	5,1
Agrícola	73,1	69,6	0,0	0,0	23,9	23,8	3,0	6,5
Pluriativo	42,8	53,7	40,1	31,1	12,7	12,6	4,4	2,6
Não-agrícola	0,0	0,0	81,5	80,6	16,1	14,8	2,3	4,6
<b>Empregados</b>	36,7	37,8	46,6	45,9	13,8	11,9	2,9	4,5
Agrícola	78,3	87,1	0,0	0,0	17,2	8,3	4,5	4,6
Pluriativo	39,9	47,0	51,2	45,5	5,9	3,0	3,0	4,6
Não-agrícola	0,0	0,0	82,2	78,8	16,4	17,5	1,4	4,5
<b>Não-ocupado na semana</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	88,2	84,6	11,8	15,4

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro/2006.

Pode-se observar que a composição das rendas médias das famílias nas áreas rurais, como um todo, sofreu algumas alterações, entre elas citam-se: um aumento na participação da renda agrícola, uma redução da participação da renda não-agrícola e de aposentadorias/pensões e um crescimento da participação das chamadas “outras rendas”.

No ano de 2004, a renda agrícola continuava sendo a mais importante compondo mais da metade da renda total das famílias. Duas outras fontes de renda são também muito importantes: as rendas não-agrícolas e aquelas originárias de transferências sociais (aposentadorias/pensões). As chamadas “outras rendas” são as menos importantes ficando ao redor de 6 % na composição das rendas médias familiares. Esse resultado está, de certa maneira, de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras fontes de renda são muito menos importantes” na composição da renda média familiar rural (Mackinon et al., 1991:63). Para estes autores, como para nós, as três fontes principais de renda são: agrícolas, não-agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais na forma de aposentadorias e/ou pensões.

Uma análise pormenorizada de cada um dos tipos de famílias é apresentada na seqüência deste artigo. Em relação às famílias conta-própria é possível observar um pequeno aumento da participação das rendas agrícolas quando comparamos os anos de 2001 e 2004 e uma redução da participação das rendas não-agrícolas. O aumento da participação das rendas agrícolas pode ser um reflexo das alterações mostradas pelas rendas agrícolas das famílias de conta própria pluriativas. O mesmo pode ser afirmado em relação à redução da participação das rendas não-agrícolas, sendo estas provavelmente derivadas da diminuição da participação destas rendas neste mesmo grupo de famílias.

A fonte de renda “aposentadorias/pensões” sofreu uma leve redução. Contudo, esta continua se constituindo em uma importante fonte de renda para as famílias conta-própria, especialmente entre as famílias que vivem exclusivamente da atividade agrícola, atingindo quase  $\frac{1}{4}$  do total da renda familiar. Estes resultados, no seu conjunto, confirmam o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Os resultados da pesquisa de Delgado & Cardoso (2000) confirmam que as transferências da Previdência Pública desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares. Os autores ainda sugerem que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais se constituiria num mecanismo importante para conter o êxodo rural e ao mesmo tempo funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência.

As chamadas “outras rendas” aumentaram um pouco percentualmente entre as famílias conta-própria como um todo, provavelmente em decorrência do aumento da participação desta fonte de renda entre as famílias conta-própria agrícola e não-agrícolas.

Em relação à composição das rendas das famílias de empregados como um todo, as informações disponíveis mostram um aumento da participação das rendas agrícolas. Chama atenção também a diminuição da participação das rendas oriundas de aposentadorias/pensões. As chamadas “outras rendas” apresentam uma elevação de sua participação no conjunto da renda familiar, mas situando-se ainda num patamar inferior a 5 %. Essas mudanças na composição das rendas das famílias de empregados podem ser mais bem averiguadas quando analisamos o que ocorreu com os outros tipos de famílias de empregados.

No grupo de famílias de empregados agrícolas verificam-se três aspectos que precisam ser destacados. O primeiro diz respeito ao aumento da participação das rendas agrícolas na composição das rendas quando comparamos os anos de 2001 e 2004. O segundo aspecto se refere à diminuição da participação das rendas de aposentadorias/pensões na composição da renda familiar. Já, entre as famílias de empregados pluriativas chama atenção o aumento considerável da participação das rendas agrícolas e uma redução da participação das rendas não-agrícolas. No caso das famílias de empregados não-agrícolas as informações permitem afirmar que ocorre um aumento da participação da fonte de renda de aposentadorias/pensões na comparação dos anos de 2001 e 2004.

Em relação às famílias empregadoras com até dois empregados nota-se um aumento da participação das rendas agrícolas e de “outras rendas”, e em contrapartida uma redução das rendas não-agrícolas e da fonte de renda aposentadorias/pensões. Nas famílias empregadoras com até dois empregados e pluriativas é que se observam as mudanças mais expressivas: um importante aumento das rendas agrícolas e uma redução da participação da fonte de renda não-agrícola, mas também uma surpreendente diminuição das rendas de aposentadoria/pensões quando comparados os anos de 2001 e 2004. Vale destacar também, no caso das famílias empregadoras com até dois empregados e agrícolas, a participação elevada da fonte de renda “outras rendas”, a qual atinge acima de 25%, a qual não temos uma explicação adequada para o fato.

Os dados relativos a composição das rendas das famílias empregadoras com mais de dois empregados mostra duas informações importantes: um aumento das rendas agrícolas e, simultaneamente uma redução das rendas não-agrícolas. Em função de que estas famílias

constituem um grupo bastante pequeno (o que pode ser facilmente evidenciado através das informações contidas na Tabela 1) não apresentamos uma análise pormenorizada, o que provavelmente comprometeria uma análise mais consistente dos dados.

Em relação às famílias de não-ocupados observa-se uma redução da participação da fonte de renda aposentadorias/pensões e um aumento da participação das “outras rendas”.

Na Tabela 5 são apresentadas as informações sobre a composição da renda média familiar da agricultura familiar nas áreas rurais agropecuárias não-metropolitanas nos anos de 2001 e 2004.

O primeiro aspecto que merece ser destacado é que existe, quase sempre, uma correspondência entre o aumento dos estratos de área e o crescimento da participação da fonte de renda agrícola na agricultura familiar, sendo que esta atinge acima de 76% da renda total no estrato de área de 100 hectares e mais, no ano de 2001, no conjunto das famílias (conta-própria e empregadora com até dois empregados). Ao contrário da renda agrícola, no caso da fonte de renda de aposentadorias/pensões existe uma correspondência inversa, ou seja: à medida que se aumenta o estrato de área a tendência é de redução da participação desta fonte de renda no conjunto da renda familiar.

Ou seja, pode-se afirmar que os agricultores familiares que possuem as menores áreas físicas são mais dependentes desta fonte de renda, sendo que em 2001 a fonte de renda aposentadoria/pensões participou com quase 25% da renda familiar, reduzindo-se a aproximadamente 20% em 2004. É preciso afirmar também que são os agricultores familiares envolvidos exclusivamente em atividades agrícolas e de menores estratos de áreas que são os mais dependentes desta fonte de renda. Essas observações complementam a análise anteriormente apresentada neste texto.

Vale destacar também na análise da Tabela 5 que a participação da renda não-agrícola diminuiu levemente na comparação dos anos de 2001 e 2004. Mas, existe também uma correspondência inversa no caso desta fonte de renda. À medida que se aumentam os estratos de áreas a participação desta fonte de renda mostra uma diminuição.

Em relação às “outras rendas” a sua participação percentual, em geral é bastante reduzida, mas no estrato de 100 hectares, no ano de 2004, ela aumenta muito principalmente entre as famílias cujos membros estão envolvidos exclusivamente em atividades agrícolas. Vale destacar também que a participação desta fonte de renda na composição das famílias com pluriatividade



tradicional no estrato de “20 a menos de 100 hectares” aumentou consideravelmente na comparação dos anos de 2001 e 2004.

**TABELA 5**

Composição da Renda Média da Agricultura Familiar, segundo local de domicílio e estratos de área: Rio Grande do Sul, 2001 e 2004 (R\$ set. 2004).

LOCAL DOMICÍLIO / ESTRATOS DE ÁREA TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍC. (%)		NÃO- AGRIC. (%)		APOS/PENS (%)		OUTRAS (%)	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
	<b>NÃO METRO RURAL AGROPECUÁRIO</b>							
<b>Menos de 20 ha</b>								
<b>Ag Fam (cta-pp e empregador até 2 emp.)</b>	60,2	62,4	12,4	12,2	22,8	19,5	4,7	5,9
Agricultura familiar	59,9	62,1	11,7	12,7	23,7	19,6	4,8	5,7
Agrícola	68,6	67,9	0,0	0,0	27,6	24,9	3,9	7,3
Pluriativo	38,9	52,9	39,8	32,9	14,2	11,1	7,1	3,1
Tradicional	100,0	84,2	0,0	0,0	0,0	14,6	0,0	1,2
Intersetorial	37,3	50,1	40,9	35,8	14,6	10,8	7,2	3,3
<b>De 20 a menos de 100 ha</b>								
<b>Ag Fam (cta-pp e empregador até 2 emp.)</b>	66,8	70,7	10,2	7,6	20,6	19,8	2,4	1,9
Agricultura familiar	67,8	71,0	9,3	6,6	20,8	20,6	2,2	1,9
Agrícola	73,6	75,2	0,0	0,0	23,8	22,8	2,6	2,0
Pluriativo	49,3	61,1	38,6	21,8	11,1	15,5	1,0	1,5
Tradicional	78,0	65,9	0,0	0,0	21,1	21,9	0,9	12,2
Intersetorial	47,7	60,5	40,7	24,7	10,6	14,7	1,0	0,1
<b>100ha e mais</b>								
<b>Ag Fam (cta-pp e empregador até 2 emp.)</b>	76,0	57,1	8,3	4,5	12,8	17,2	2,9	21,2
Agricultura familiar	80,8	60,0	3,3	2,6	13,3	21,0	2,6	16,4
Agrícola	85,3	60,3	0,0	0,0	13,3	22,3	1,5	17,4
Pluriativo	44,8	57,4	29,9	26,0	13,4	9,9	11,9	6,7
Tradicional	66,0	-	0,0	-	34,0	-	0,0	-
Intersetorial	37,2	57,4	40,5	26,0	6,1	9,9	16,2	6,7
<b>TOTAL (Agricultura familiar = conta-própria)</b>	65,3	65,1	9,8	9,6	21,4	20,1	3,5	5,3
Agrícola	72,7	69,6	0,0	0,0	24,2	23,8	3,0	6,6
Pluriativo	43,1	55,7	38,9	29,1	13,0	12,5	5,0	2,7
Tradicional	81,7	76,7	0,0	0,0	17,9	17,6	0,4	5,7
Intersetorial	41,2	53,6	40,8	32,0	12,7	12,0	5,2	2,4

**FONTE:** PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro/2006.

Em resumo, a análise da composição das rendas médias das famílias rurais gaúchas no período 2001-2004 mostra que houve um aumento importante da participação das rendas agrícolas e redução da fonte não-agrícola no conjunto da renda total familiar nos grupos mais

representativos, em especial, das famílias de conta-própria pluriativa. Mas, outro aspecto que vale ressaltar é o papel desempenhado pela fonte de renda aposentadoria/pensões entre as famílias conta-própria e de empregados não-agrícolas. Esta fonte de renda continua, porém exercendo um papel relevante na composição das rendas das famílias conta-própria agrícolas, a agricultura familiar propriamente dita.

#### **4. Conclusões**

A análise dos resultados a partir dos dados anteriormente apresentados relativos às ocupações e rendas das famílias rurais gaúchas neste início de nova década permite fazer algumas conclusões, ainda que preliminares.

A primeira constatação é a estagnação do número total de famílias nas áreas rurais gaúchas no período 2001-2004. Este fato deve estar provavelmente relacionado tanto à redução significativa do número de famílias não-ocupadas, como também às tendências confiáveis de crescimento do número de famílias de empregados envolvidas em atividades não-agrícolas e de conta-própria pluriativas, ou seja, são as atividades não-agrícolas que estariam evitando o êxodo rural. A hipótese explicativa para o crescimento da pluriatividade (intersetorial) na agricultura familiar, especialmente nos menores estratos de área, associa-se ao aumento do montante de contratos e de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no período analisado.

Ao analisar a composição das rendas das famílias, os resultados mostram que as rendas agrícolas continuam a se constituir na principal fonte de renda das famílias. A par disso, notou-se também uma presença importante da fonte de renda de aposentadoria e de pensões para os diferentes grupos de famílias, em especial, aquelas pertencentes ao universo da agricultura familiar, especialmente entre as famílias situadas nos menores estratos de área física.

Verificou-se também um aumento da participação destas rendas no grupo de famílias de empregados não-agrícolas. Provavelmente, neste grupo de famílias, pode estar ocorrendo uma formalização do trabalho, o que, pouco a pouco, assegura os direitos trabalhistas, em especial, a previdência social, para este grupo de famílias.

A análise comparativa da fonte de renda agrícola, nos anos de 2001 e 2004, mostra que a sua proporção cresceu entre as famílias de conta-própria, em especial das famílias de conta-própria pluriativas. Esse fato parece sugerir que uma mudança no ambiente social e econômico que

favoreça as práticas agrícolas, ou seja, qualquer sinalização em relação à melhoria de preços dos produtos agrícolas conduziria estas famílias a mudarem o balanço da composição das rendas agrícolas e não-agrícolas quando fazem uso do recurso da pluriatividade. Todavia, há que se confirmar esta hipótese com dados de um período mais longo, talvez uma análise de toda uma década.

Com respeito às chamadas “outras rendas”, estas apresentam participações bastante pequenas, em geral, confirmando os resultados e as análises existentes na literatura internacional, bem como refletindo a mudança de comportamento das famílias rurais quanto ao uso de seus recursos frente a um ambiente marcado por estabilização econômica.

As informações relativas à composição da renda média da agricultura familiar evidenciaram uma correspondência entre as variáveis renda agrícola e área física. Mas, no caso das variáveis das fontes de renda aposentadorias/pensões e rendas não-agrícolas, a correspondência é inversa com relação aos estratos de área física declarados pelas famílias.

Estes resultados, em seu conjunto, apontam para a necessidade de aprofundamento da análise do impacto das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, e se evidencie (ou não) se estas podem contribuir para a melhoria das condições de vida, e conseqüentemente, para um autêntico desenvolvimento, desta parte importante da população rural. Ademais, como a análise deste trabalho apenas contemplou um curto período (quatro anos), é necessário alargar o período de análise com acréscimo de informações, as quais poderiam reforçar ou refutar as tendências que foram apontadas no transcorrer deste artigo, em relação às formas de ocupação e às fontes de rendimento das famílias rurais gaúchas.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Eliseu; LOPES, Mauro & CONTINI, Elísio. O empobrecimento da agricultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Ano VIII, n.3, p.5-19, jul.set.1999. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/spa/rpa3tri99/3t99s2a1.htm>>. Acesso em: 22 /08/2003.

BRUN, A. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. **Économie Rurale**, Nº 198, nov.-déc.pp.3-8.

CAVACO, Carminda. A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado econômico, social e geográfico. Separata de: **Economia**, Portugal, volume V, n. 2, p. 271-313, maio 1981.

DELGADO, Guilherme Costa & CARDOSO Jr., José Celso. **Principais resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil**. Brasília, IPEA. 2000.

DELGADO, Guilherme Costa. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea**. Texto para Discussão N° 1025. Brasília, IPEA. 2004. 30p.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo & GRAZIANO DA SILVA, José. Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: ORNA'S: Ocupações rurais não-agrícolas. **Anais...** Londrina, PR: IAPAR 2000. p. 35-54.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. 220f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade de Campinas. Campinas – SP.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Rural nonfarm employment and incomes in Brasil: patterns and evolution. **World Development**, v. 39, n. 3, p. 443-453. 2001.

HILL, B. Farm household Incomes: perceptions and Statistics. **Journal of Rural Studies**. 15 (3):345-358. 1999.

HOFFMANN, Rodolfo. A subdeclaração dos rendimentos. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 2 (1): 50-54, jan./mar. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Manual de Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/trabalhoerendi.../metodologia99.sht>>. Acesso em: 09/08/2002.

MACKINNON, N., BRYDEN, J. M., BELL, C., FULLER, A. M. & SPEARMAN, M. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in the Western Europe. **Sociologia Ruralis**, XXXI-1: 58-71. 1991.

MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. In: **Cinco estudos de casos sobre serviços no Brasil**. RJ. MICT. 1998.

NASCIMENTO, Carlos Alves. **Evolução das famílias rurais no Brasil e grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999**. 2002. 154 f. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP.

SOARES, Pedro. **Emprego doméstico lidera a retomada**. Folha de São Paulo. Caderno Dinheiro. 06/03/2005.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.